



ANEXO III AO EDITAL
MODELOS DE DECLARAÇÕES
Concorrência Eletrônica nº 004/2026
Processo Administrativo nº 080/2026

DECLARAÇÃO 1 — DE HABILITAÇÃO E IDONEIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Cumpre integralmente todos os requisitos de habilitação previstos no Edital de Concorrência Eletrônica nº 004/2026;
- Inexiste fato impeditivo de participação na presente licitação ou à futura contratação, comprometendo-se a comunicar à Administração qualquer alteração superveniente;
- Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Não sofreu condenação, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos últimos 5 (cinco) anos;
- Não possui em seus quadros administrador, dirigente, sócio ou responsável técnico com vínculo familiar até o terceiro grau, afinidade ou consanguinidade, com agente público do órgão contratante ou da fiscalização.

DECLARAÇÃO 2 — DE NÃO EMPREGO DE MENOR (art. 7º, XXXIII, CRFB/88)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal infra-assinado, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, em conformidade com o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

DECLARAÇÃO 3 — DE ENQUADRAMENTO COMO ME, EPP OU EQUIPARADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra como (assinalar):

- () Microempresa (ME);
- () Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- () Microempreendedor Individual (MEI);
- () Sociedade Cooperativa, na forma do art. 16 da Lei nº 14.133/2021;
- () Agricultor familiar / Produtor rural pessoa física, na forma da LC nº 123/2006;
- () Não se enquadra em nenhuma das categorias anteriores.

Comprometendo-se a comunicar à Administração qualquer alteração superveniente.

DECLARAÇÃO 4 — DE CIÊNCIA QUANTO À LEI Nº 13.709/2018 (LGPD)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA ter ciência das obrigações decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometendo-se a observá-las durante toda a execução contratual, bem como a manter sigilo das informações técnicas e operacionais conhecidas durante a execução do objeto.

DECLARAÇÃO 5 — DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS DE EXECUÇÃO



A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal e responsável técnico infra-assinados, DECLARA, sob as penas da lei, ter pleno conhecimento das condições locais de execução do objeto, especialmente das características da zona rural do Município de São Raimundo Nonato/PI, das distâncias entre as 50 comunidades-alvo, das vias de acesso, das condições climáticas, das características hidrogeológicas e dos demais fatores que podem impactar a execução, dispensando, portanto, a realização de visita técnica formal, sem que isso importe em qualquer ressalva quanto à fiel execução do objeto.

DECLARAÇÃO 6 — DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E COMPROMISSO DE ART

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA que indica o(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CREA-____ sob o nº _____, como responsável técnico pela execução do objeto, comprometendo-se a registrar a competente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução perante o CREA-PI imediatamente após a contratação e a apresentar cópia à fiscalização antes do início efetivo dos trabalhos.

DECLARAÇÃO 7 — DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa _____, DECLARA que, durante toda a execução do objeto, observará rigorosamente:

- A Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos);
- A Resolução CONAMA nº 396/2008 (Classificação e Diretrizes Ambientais para o Enquadramento das Águas Subterrâneas);
- A Portaria GM/MS nº 888/2021 (procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano);
- A Lei Estadual nº 5.165/2000 (Política Estadual de Recursos Hídricos do Piauí) e os regulamentos da SEMAR-PI;
- As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis (NR-6 — EPI; NR-7 — PCMSO; NR-9 — PGR; NR-18 — Construção Civil; NR-22 — Mineração);
- O cadastro dos poços perfurados no SIAGAS/CPRM, com a comprovação à fiscalização.

Local e data: _____, ____/____/2026.

[Nome do Representante Legal]
Cargo / CPF / Razão Social / CNPJ

Júlio César Alves Ribeiro Diógenes
JÚLIO CÉSAR ALVES RIBEIRO DIOGENES
Agente de Planejamento — PMSRN/PI